

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.280 - SP (2019/0008906-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
AGRAVANTE : FABIANA APARECIDA CARDOSO
ADVOGADOS : MARCELO RODRIGUES BARRETO JÚNIOR - SP213448
RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA - SP346085
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : CONSÓRCIO SÃO BERNARDO TRANSPORTES - SBCTTRANS
ADVOGADOS : MARIANA FIDELES - SP271582
MICHELE VESSIO FRANZOSO - SP284703
INTERES. : BALTAZAR JOSE DE SOUSA
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA - SP110412

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 23/31, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos morais – Lesões corporais sofridas por passageira no interior de coletivo do réu - Dever de indenizar - “Quantum” indenizatório por danos morais fixado em R\$ 7.880,00 que é razoável à reparação, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para o caso concreto - Juros moratórios que fluem a partir da citação, já que se trata de relação contratual, com correção monetária a partir da data da prolação da sentença (Súmula 362 do STJ) - Verba honorária (10% sobre o valor atualizado da condenação) que atende aos critérios adotados pela lei – Matéria preliminar (cerceamento de defesa e não conhecimento do recurso do réu) rejeitada - Apelação da autora não provida, provida em parte a apelação do réu.

Opostos embargos declaratórios (fls. 512/529, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do especial (fls. 552/563, e-STJ), a recorrente aponta ofensa aos artigos 2º da Lei 1060/50; 1024, § 2º do Código de Processo Civil/15. Sustenta, em suma: i) que apesar do entendimento firmado pela Corte de origem, há provas suficientes de seu estado de miserabilidade jurídica nos autos, a embasar o deferimento do pedido de assistência judiciária, notadamente em razão do processo de liquidação extrajudicial em que se encontra.

Em juízo de admissibilidade (fls. 584/585, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; ii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 588/592, e-STJ), buscando destrancar o processamento do apelo especial, no qual a insurgente alega ter preenchido os pressupostos de

admissibilidade. Refuta os óbices supracitados.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação não merece prosperar.

1. Conforme entendimento jurisprudencial consolidado por este Superior Tribunal de Justiça, a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, somente faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita se demonstrar a impossibilidade de dispor de recursos para custeio das despesas processuais sem comprometimento do seu regular funcionamento, sendo certo que "**o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais**" (AgInt no REsp 1619682/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 07/02/2017)

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DEMONSTRAÇÃO DA FALTA DE MEIOS PARA CUSTEIO DO PROCESSO. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. Consoante previsto nos arts. 34, VII, e 253, parágrafo único, II, alínea "a", do RISTJ, o relator poderá "conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial inadmissível".

2. Inexiste afronta ao art. 489 do CPC/2015 quando o julgador pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo e identificando os seus fundamentos.

3. "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o fato de haver a decretação da liquidação extrajudicial ou falência, não remete, por si só, ao reconhecimento da necessidade para fins de concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica" (AgInt no AREsp n. 1.140.206/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018.)

4. No caso, o Tribunal de origem, analisando os fatos e as provas dos autos, entendeu que o recorrente não comprovou sua incapacidade de custear as despesas processuais. Rever essa conclusão demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito desta Corte, a teor da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1048562/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 30/04/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, E 489, § 1º, INCISO IV, DO CPC DE 2015 NÃO VERIFICADA. **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO**

PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que é possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

2. A concessão do benefício da assistência judiciária à pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

3. Na espécie, o Tribunal de origem, à luz dos documentos juntados pela instituição financeira liquidanda, concluiu pela ausência de elementos que justificassem a concessão do benefício da gratuidade judiciária. Assim, a revisão do julgado demandaria nova incursão nos elementos fático-probatórios, providência vedada em sede de recurso especial, sendo aplicável o entendimento cristalizado na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1098361/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CARÊNCIA DE RECURSOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAR O ENTENDIMENTO FIRMADO NO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A solução dada pelo acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual: "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017). Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Para elidir as conclusões do aresto impugnado quanto às convicções formadas pelo Tribunal de origem acerca da ausência da comprovação da hipossuficiência do recorrente, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1677141/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017) [grifou-se]

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem indeferiu o pedido da parte, ora agravante, ante a inexistência de provas nos autos que atestassem a impossibilidade de ela arcar com o pagamento das custas e despesas judiciais, não se revelando o fato de estar em liquidação extrajudicial, por si só, elemento suficiente para tanto.

É o que se extrai do seguinte excerto do aresto impugnado (fls. 544, e-STJ):

2) A decisão embargada está assim fundamentada (fls. 465/466):

"Diante da documentação juntada pela Nobre Seguradora do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial como afirmado, mas sem qualquer prova concreta nesse sentido, conforme fls. 169/199 e 340/455 resolvo indeferir o

pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, com a devida vênia. Pelo mesmo fundamento, ou seja, ausência de elemento de convicção suficiente, igualmente indefiro o pedido de suspensão do processo, a exclusão dos juros moratórios, correção monetária e cláusulas penais contratadas, assim como indefiro o pedido de levantamento de "penhoras, arrestos e quaisquer outras medidas de apreensão ou reserva de bens porventura existentes nos autos para ser entregue ao ativo da empresa, considerando que o momento processual atual impede tais providências". Com efeito, como se verifica na decisão embargada, ficaram bem evidentes os motivos pelos quais as pretensões da embargante foram indeferidas.

Neste contexto, além de o entendimento sufragado pela Corte de origem encontrar apoio na orientação jurisprudencial firmada por esta Colenda Corte sobre a matéria, o que atrai a incidência do enunciado contido na Súmula 83/STJ, para superar as premissas em que se lastreou o Tribunal *a quo*, a fim de reconhecer ter a insurgente logrado comprovar seu estado de miserabilidade, revelar-se-ia necessário o revolvimento do acervo fático-probatório constante dos autos, hipótese que encontra óbice no enunciado contido na Súmula 7/STJ.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator